

Comércio invasor

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

As construções começam discretas e avançam sobre uma pequena parcela de área pública. Sem fiscalização, os puxadinhos crescem e ocupam grandes espaços, antes destinados aos pedestres. O abuso está em toda parte. No Plano Piloto, é quase impossível encontrar uma quadra comercial onde as lojas não invadam áreas públicas. Em alguns casos, o estabelecimento cresce tanto que se aproxima dos prédios residenciais. Para conter o avanço das irregularidades, que ferem o tombamento de Brasília, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) elaborou um plano, que será implementado em parceria com o novo governo. A idéia é controlar as invasões, fiscalizar as

atividades comerciais e derrubar lojas que afrontam a legislação.

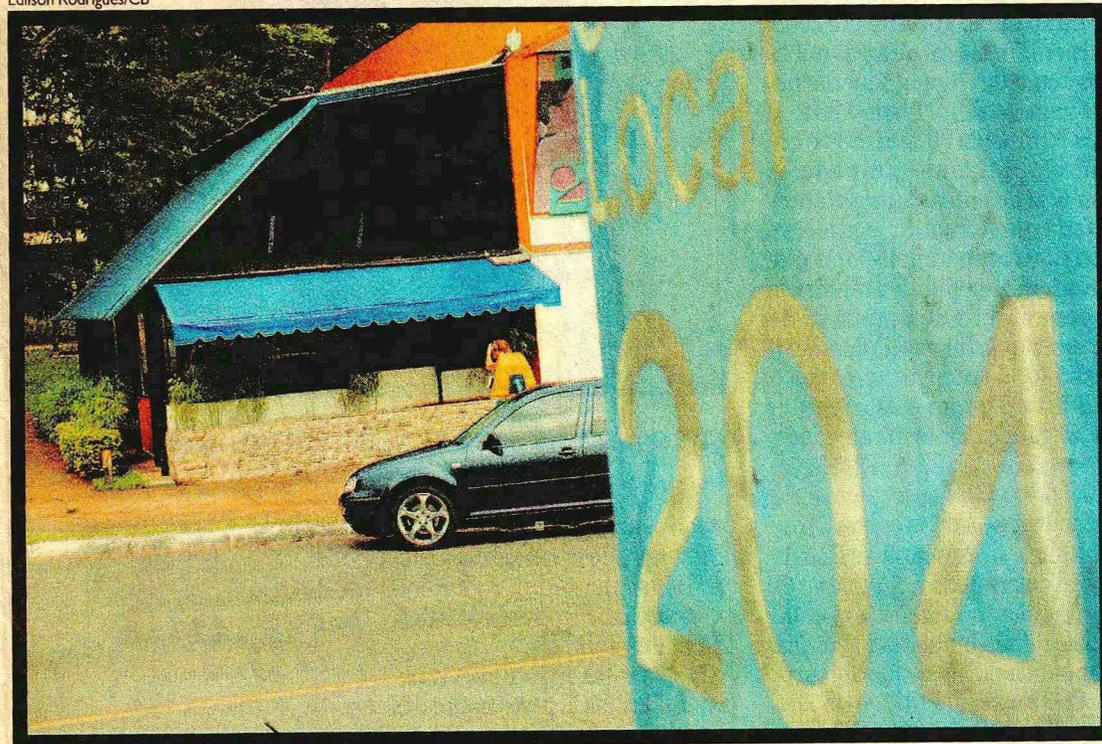
O superintendente regional do Iphan, Alfredo Gastal, chama o processo de ocupação ilegal das quadras do Plano Piloto de "favelização" da capital federal. Ele defende uma maior rigidez nas ações do governo, mas com uma definição das normas de ocupação. "Devemos procurar soluções de acordo com o tamanho das lojas. É preciso fazer um projeto realista, compatível com o tombamento da cidade", explica Gastal. De acordo com o plano, as lojas poderiam usar uma pequena parcela de área pública, proporcional ao tamanho do estabelecimento. Mas o Iphan ainda não detalhou o percentual de área que o comércio poderia ocupar. "Em muitos casos há abusos, comerciantes que invadem mais de 8m. Nesses casos, não vamos tolerar as in-

vasões", acrescenta o superintendente do Iphan.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi, ainda não recebeu o projeto, mas já garantiu que é favorável à ação para acabar com os puxadinhos nas quadras comerciais do Plano Piloto. Ele explica que o governo vai fazer um levantamento dos espaços ocupados irregularmente e avisa que quem usa grandes espaços públicos terá que desocupar parte da área.

O subsecretário de Fiscalização, Antônio Alves, também aprovou a proposta de parceria e de flexibilização das ocupações. Mas ele promete agir com rigidez em breve. "Vamos legalizar o que for possível, mas os excessos serão removidos. A maioria das lojas está irregular porque a administração não fornece mais alvará para os comércios que ocupam área pública", explica Antônio Alves.

Edilson Rodrigues/CB



PUXADINHOS IRREGULARES COMO O DO BAR NA 203 SUL SÃO COMUNS NAS QUADRAS: IPHAN QUER IMPEDIR ABUSOS